UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**ADMINISTRAÇÃO (010-C)**
Disciplina	**3128 - GESTAO TRIBUTARIA**
Turma	**ADN/C**

Carga Horária: **68**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Constituição societária e formas de tributação. Tributos e contribuições: porte das empresas e opções de regimes fiscais. O regime fiscal e os efeitos no resultado. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: opção, enquadramento, efeitos sobre encargos trabalhistas. Tributos e contribuições: bases de cálculo, apuração, compensações, isenções e prazos. Créditos Fiscais: compensações, compra, venda. Planejamento Tributário. Tópicos Contemporâneos em Gestão Tributária.

I. Objetivos

1.Orientar os alunos sobre a importância do conhecimento teórico e prático do conteúdo da disciplina;
2.Estimular a reflexão crítica dos pontos a serem abordados, e:
3.Incentivar o estudo analítico dos fundamentos axiológicos que deram origem às legislações a serem verificadas.

II. Programa

1.INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO
1.1. Atividade financeira do Estado
1.2. Sistema jurídico-tributário.
1.3. O direito tributário no quadro geral do direito.
2.FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO
2.1. Fontes materiais e formais.
2.2. Hierarquia das leis.
2.3. Constitucionalidade e inconstitucionalidade.
2.4. Legalidade e ilegalidade.
3. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA
3.1. Introdução e definição.
3.2. Estrutura da norma jurídica.
3.3. Hipótese de incidência e fato gerador.
4. TRIBUTOS E SUA CLASSIFICAÇÃO
4.1. Impostos.
4.2. Taxas.
4.3. Contribuição de melhoria.
4.4. Outras contribuições.
4.5. Empréstimos compulsórios.
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
5.1. Vigência e aplicação.
5.2. Interpretação e integração.
5.3. Elisão e evasão fiscal.
6. INCIDÊNCIA, NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE E ISENÇÃO.
6.1. Incidência. 6.2. Não incidência. 6.3. Imunidade. 6.4. Isenção.
7. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR.
7.1. Princípios constitucionais Tributários
7.2. Vedações Constitucionais ao Poder de Tributar
8. INTRODUÇÃO AO DIREITO EMPRESARIAL
8.1. Empresário
8.2. Estabelecimento Empresarial
8.3. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
8.4. Nome empresarial
9. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
10. CRÉDITO TRIBUTÁRIO
10.1. Constituição do crédito tributário.
10.2. Suspensão do crédito tributário.
10.3. Extinção do crédito tributário.
10.4. Exclusões de crédito tributário.
10.5. Garantias e privilégios do crédito tributário.

III. Metodologia de Ensino

O conteúdo do programa será realizado por meio de aulas expositivas, sempre incentivando os debates e as manifestações de crítica reflexiva, bem como por meio de perguntas aos acadêmicos, apresentações de trabalhos e seminários, estudos de textos e análise de jurisprudências, sempre incentivando a participação em sala de aula. Atividades via Moodle.

IV. Formas de Avaliação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**ADMINISTRAÇÃO (010-C)**
Disciplina	**3128 - GESTAO TRIBUTARIA**
Turma	**ADN/C**

Carga Horária: **68**

PLANO DE ENSINO

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando-se:

a) Participação e interesse em aula e atividades propostas;
b) Pontualidade e frequência;
c) Avaliações escritas e orais.

Ordiariamente ocorrerão duas avaliações em datas previamente previstas da seguinte forma:
P1 + P2 = 10 pontos
P1 = 5,0 (Avaliação objetiva e discursiva) - 30/07
P2 = 5,0 (Avaliação objetiva e discursiva) - 03/12
Devolutiva em 10/12
A Atividade de Recuperação de Notas – ARN, destinada àqueles que não atingirem a média 7,0 (sete) será realizada com a aplicação de uma prova no valor de 10,0 uma semana após a divulgação das notas finais do semestre.
ARN = 10,00 - Realizada em 17/12

V. Bibliografia

Básica

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6a ed. São Paulo: Malheiros, 2012.
AMARO. Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 18a ed. São Paulo: Saraiva. 2012.
BALEEIRO, Aliomar; atualização de Mizabel Abreu Machado Derzi. Direito Tributário Brasileiro. 15a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 29a ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei 5.172/66.
BRASIL, Constituição de 1988. Constituição da República federativa do Brasil. 1988, atualizada.
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22a ed. São Paulo: Editora Atlas. 2013.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 34a ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Complementar

CAMPOS, Djalma. Direito Processual Tributário. 9a ed. São Paulo: Atlas, 2007.
JARDIM, Eduardo M. Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 12a ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
SABBAG. Eduardo de Moraes. Manual de Direito tributário. 5a ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 18a ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

APROVAÇÃO

Inspetoria:	DEDIR/G
Tp. Documento:	Ata Departamental
Documento:	2
Data:	08/04/2024